

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### Texto para os itens de 1 a 20.

Os medicamentos desempenham um papel essencial na preservação da vida, na promoção da saúde e na garantia de dignidade à população. No entanto, no Brasil, o acesso a esses bens fundamentais é dificultado por um fator estrutural grave: o elevado preço dos remédios, que está entre os mais altos do mundo. Embora os diversos agentes do setor farmacêutico apontem a alta carga tributária como principal responsável por essa realidade, é inegável que o maior prejudicado é o consumidor final, que acaba arcando com praticamente todos os impostos embutidos ao longo da cadeia produtiva e de comercialização.

Diferentemente do que ocorre em muitos países desenvolvidos, no Brasil, os gastos com medicamentos não são amplamente reembolsados pelo Estado nem pelos planos de saúde. Assim, o cidadão, especialmente aquele de menor renda ou portador de doenças crônicas, precisa comprometer uma parcela significativa de seu orçamento para adquirir remédios indispensáveis. A situação torna-se ainda mais alarmante quando se observa que cerca de 33,9% do preço final dos medicamentos corresponde a tributos, conforme estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Trata-se de um percentual extremamente elevado para um produto cuja essencialidade é indiscutível.

Essa política tributária revela uma contradição evidente quando comparada à taxação de outros produtos. Enquanto medicamentos são onerados pesadamente, itens supérfluos ou até prejudiciais à saúde, como o sal de cozinha ou os artigos de joalheria, recebem uma carga tributária menor. Tal incoerência demonstra que o princípio constitucional da essencialidade não vem sendo devidamente respeitado pelas autoridades fiscais brasileiras.

A decisão de tributar consideravelmente os medicamentos não é apenas econômica, mas sobretudo política e social. Países que adotaram alíquota zero ou reduzida para esses produtos, como Canadá, México e Reino Unido, compreenderam que facilitar o acesso aos remédios contribui para a prevenção de doenças, a redução de internações, a melhora da qualidade de vida e o aumento da produtividade da população. Além disso, a redução dos custos com a saúde pública acaba beneficiando o próprio Estado.

Assim, repensar a carga tributária incidente sobre os medicamentos, no País, é medida urgente e necessária. Reduzir impostos sobre bens essenciais não deve ser visto como perda de arrecadação, mas como investimento em saúde pública, justiça social e desenvolvimento econômico. Sem essa mudança de perspectiva, o acesso aos medicamentos continuará sendo um privilégio para poucos, quando, na verdade, deveria ser um direito garantido a todos.

Internet: <ictq.com.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Predomina no texto a tipologia dissertativo-argumentativa, com apresentação claramente definida de tese, sustentada por meio de dados, comparações internacionais e argumentos de autoridade.
- 2 A estrutura do texto, com foco em políticas públicas, cujo tema central é a alta tributação dos medicamentos, é marcada por subjetividade e defesa de ponto de vista crítico à temática nele presente.
- 3 A posição assumida no texto é neutra e objetiva, limitada à exposição de informações técnicas a respeito de tributos.
- 4 Infere-se do texto que a política tributária brasileira, ao desconsiderar a essencialidade dos medicamentos, contribui para ampliar desigualdades no acesso à saúde pública, sobretudo entre as camadas da população de maior vulnerabilidade econômica.
- 5 Depreende-se do texto que a inexistência de reembolso estatal ou por planos de saúde para a compra de medicamentos no Brasil transfere ao consumidor final o ônus dos tributos incidentes ao longo da cadeia produtiva.
- 6 Infere-se do texto que, no Brasil, a elevada carga tributária sobre os medicamentos decorre exclusivamente da incidência de impostos estaduais, responsáveis pelo encarecimento desses produtos.
- 7 Sustenta-se, no texto, que a redução de impostos sobre medicamentos traria prejuízos econômicos ao Estado, pois aumentaria os gastos públicos com internações e tratamentos médicos.

Com referência à estruturação linguístico-gramatical do texto, julgue os itens seguintes.

- 8 No trecho “Os medicamentos desempenham um papel essencial na preservação da vida, na promoção da saúde e na garantia de dignidade à população.”, o emprego do sinal indicativo de crase em “à população” decorre da fusão da preposição exigida pelo verbo “garantir”, verbal de “garantia”, com o artigo feminino definido que precede “população”.
- 9 No segmento “Os medicamentos desempenham um papel essencial na preservação da vida”, a expressão “papel essencial” é empregada em sentido conotativo, configurando uma metáfora que atribui aos medicamentos uma função abstrata associada à ideia de importância vital.

- 10 No período “Os medicamentos desempenham um papel essencial na preservação da vida, na promoção da saúde e na garantia de dignidade à população.”, preservaria a correção gramatical e os sentidos originais, sem prejuízo semântico ou estilístico, a substituição da forma verbal “desempenham” por **executam**.
- 11 No segmento “No entanto, no Brasil, o acesso a esses bens fundamentais é dificultado por um fator estrutural grave”, a locução “No entanto” estabelece uma relação de consequência lógica, razão pela qual, sem prejuízo à correção gramatical, pode ser substituída por **Portanto**.
- 12 No segmento “Embora os diversos agentes do setor farmacêutico apontem a alta carga tributária como principal responsável por essa realidade, é inegável que o maior prejudicado é o consumidor final, que acaba arcando com praticamente todos os impostos embutidos ao longo da cadeia produtiva e de comercialização.”, o vocábulo “Embora” introduz uma oração com forma verbal expressa no modo subjuntivo, com função de concessão de espaço a um argumento contrário, reconhecendo a sua existência, sem aceitá-lo como determinante para a conclusão que virá depois.
- 13 No trecho “Embora os diversos agentes do setor farmacêutico apontem a alta carga tributária como principal responsável por essa realidade”, a palavra “agentes”, que costuma apresentar sentido polissêmico, refere-se especificamente aos integrantes do setor farmacêutico.
- 14 No trecho “Embora os diversos agentes do setor farmacêutico apontem a alta carga tributária como principal responsável por essa realidade, é inegável que o maior prejudicado é o consumidor final, que acaba arcando com praticamente todos os impostos embutidos ao longo da cadeia produtiva e de comercialização.”, o elemento “que” — antecedente de “acaba arcando” — retoma “consumidor final”.
- 15 No trecho “Assim, o cidadão, especialmente aquele de menor renda ou portador de doenças crônicas, precisa comprometer uma parcela significativa de seu orçamento”, a forma verbal “precisa comprometer” indica uma ação hipotética e recorrente, o que justifica o emprego do futuro do presente do modo subjuntivo.
- 16 Sem prejuízo gramatical e aos sentidos originais do texto, o trecho “A situação torna-se ainda mais alarmante quando se observa que cerca de 33,9% do preço final dos medicamentos corresponde a tributos” poderia ser reescrito da seguinte forma: **A situação se torna, ainda, mais alarmante quando observam-se que cerca de 33,9% do preço final dos remédios correspondem a tributos.**
- 17 No trecho “Enquanto medicamentos são onerados pesadamente, itens supérfluos ou até prejudiciais à saúde, como o sal de cozinha ou os artigos de joalheria, recebem uma carga tributária menor. Tal incoerência demonstra que o princípio constitucional da essencialidade não vem sendo devidamente respeitado pelas autoridades fiscais brasileiras.”, o segmento “Tal incoerência” funciona como elemento de referência anafórica, e retoma a ideia expressa no período imediatamente anterior.
- 18 Na sentença “A decisão de tributar consideravelmente os medicamentos não é apenas econômica, mas sobretudo política e social. Países que adotaram alíquota zero ou reduzida para esses produtos, como Canadá, México e Reino Unido, compreenderam que facilitar o acesso aos remédios contribui para a prevenção de doenças, a redução de internações, a melhora da qualidade de vida e o aumento da produtividade da população.”, a enumeração após “para” configura paralelismo sintático e contribui para a progressão argumentativa do texto.
- 19 Alteraria a correção gramatical, ainda que houvesse manutenção dos sentidos textuais, a reescrita do trecho “Reduzir impostos sobre bens essenciais não deve ser visto como perda de arrecadação” da seguinte forma: **A redução de impostos sobre bens essenciais não deve ser vista como perda de arrecadação.**
- 20 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais do texto, o trecho “A decisão de tributar consideravelmente os medicamentos não é apenas econômica, mas sobretudo política e social. Países que adotaram alíquota zero ou reduzida para esses produtos, como Canadá, México e Reino Unido, compreenderam que facilitar o acesso aos remédios contribui para a prevenção de doenças, a redução de internações, a melhora da qualidade de vida e o aumento da produtividade da população. Além disso, a redução dos custos com a saúde pública acaba beneficiando o próprio Estado.” poderia ser reescrito da seguinte forma: **A decisão de tributar os medicamentos é apenas econômica, porque o Estado sempre precisou arrecadar mais impostos, porém países como Canadá e Reino Unido que adotaram alíquota zero não pensaram nas consequências sociais e por isso facilita o acesso aos remédios que preveniam doenças e reduzirá internações no futuro. Quando os custos da saúde pública diminuí, o próprio Estado será beneficiado, mas isso não acontece pois a produtividade da população aumenta e melhora a qualidade de vida.**

Uma maleta era protegida por uma senha numérica de 5 dígitos, formada por algarismos de 0 a 9 (isto é, 0 e 9 estão incluídos). A senha era gerada aleatoriamente, com repetição permitida, e todas as possibilidades eram equiprováveis.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, em relação à contagem e à probabilidade de ocorrência de padrões na senha.

- 21 O número de senhas compostas de cinco dígitos distintos é de 30.240.
- 22 O número de senhas que têm exatamente um único par de dígitos iguais, enquanto os outros três dígitos são distintos entre si e diferentes do dígito repetido, é inferior a 50.000.
- 23 A probabilidade de a senha começar com o dígito 0 é de 10%.
- 24 O número de senhas em que aparecem exatamente três dígitos iguais, e em que os outros dois dígitos são distintos entre si e diferentes do dígito repetido, é de 7.200.

Admitindo-se que as proposições “Alysson é mineiro se, e somente se, Beatriz é carioca” e “Carolina é gaúcha se, e somente se, Déborah é acreana” são verdadeiras, e que a proposição “Se Beatriz é carioca, então Carolina é gaúcha” é falsa, julgue os itens a seguir.

- 25 Alysson é mineiro.
- 26 Déborah é acreana.
- 27 A frase “Se Beatriz é carioca, então Carolina é gaúcha” é logicamente equivalente à proposição “Se Carolina não é gaúcha, então Beatriz não é carioca”.

Em uma enquete para escolher o mascote do *campus*, foram contabilizados 2.500 votos, distribuídos assim: capivara (32%); coruja (26%); lobo-guará (18%); onça pintada (14%); e outros (10%).

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 28 O lobo-guará recebeu exatamente 420 votos.
- 29 No gráfico de setores correspondente, o ângulo central do setor da coruja mede 94°.
- 30 Se 200 votos fossem transferidos da capivara para a onça pintada, então a onça pintada passaria a ter mais votos do que a coruja.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do Google Meet, do sistema móvel Android e dos conceitos de redes de computadores, julgue os itens a seguir.

- 31 O Google Meet utiliza protocolos de comunicação em tempo real com base em tecnologias WebRTC, permitindo a transmissão de áudio e vídeo diretamente pelo navegador, sem a necessidade de *plugins* adicionais.
- 32 No Google Meet, a criptografia aplicada às reuniões garante que apenas os participantes consigam acessar o conteúdo transmitido, caracterizando, assim, a criptografia de ponta a ponta em todas as modalidades de uso da ferramenta.
- 33 O Android adota uma arquitetura em camadas que inclui componentes como Kernel Linux, bibliotecas nativas, *runtime* (ART) e *framework* de aplicações, os quais são responsáveis, conjuntamente, pelo funcionamento do sistema.
- 34 Atualizações do sistema Android dependem apenas do Google, sendo distribuídas de forma uniforme e simultânea para todos os dispositivos, independentemente do fabricante ou da operadora.
- 35 Em redes de computadores, a latência está relacionada ao tempo necessário para que um pacote de dados saia da origem e alcance o destino.

Com relação ao navegador Microsoft Edge, aos conceitos de *firewalls* e à inteligência artificial, julgue os itens seguintes.

- 36 O Microsoft Edge implementa recursos de segurança que incluem proteção contra *sites* maliciosos e *phishing*, integrando-se aos mecanismos de segurança do sistema operacional Windows.
- 37 Em ambientes corporativos, a implementação de *firewalls* na camada de aplicação elimina a necessidade de outros mecanismos de segurança, como sistemas de detecção e prevenção de intrusões.
- 38 Os *Firewalls* que se baseiam em inspeção profunda de pacotes realizam a descryptografia obrigatória de todo o tráfego criptografado que atravessa a rede, independentemente de configuração ou de políticas específicas, para garantir a análise completa dos dados.
- 39 Na inteligência artificial, algoritmos de aprendizado supervisionado utilizam conjuntos de dados previamente rotulados para treinar modelos capazes de realizar classificações ou previsões.
- 40 Modelos de inteligência artificial com base em aprendizado profundo dispensam grandes volumes de dados, pois a sua principal vantagem é o desempenho elevado, mesmo com conjuntos reduzidos de treinamento.

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

De acordo com a CRFB/1988, com a Lei nº 5.905/1973, com o Decreto nº 94.406/1987, com a Lei nº 14.133/2021, e com as Resoluções COFEN nº 507/2016, nº 564/2017, nº 581/2018, nº 584/2018, nº 609/2019, nº 706/2022, nº 721/2023, nº 769/2024 e nº 782/2025, julgue os itens a seguir.

- 41** O direito à vida, previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988, serve de fundamento para a proteção constitucional ao direito à saúde.
- 42** A Constituição Federal de 1988 impõe ao Estado o dever de formular políticas públicas que reduzam o risco de doenças.
- 43** As ações e os serviços públicos de saúde podem ser executados diretamente ou por terceiros, mediante pessoa física ou jurídica de direito privado.
- 44** A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo vedada qualquer forma de regulamentação estatal.
- 45** Em conformidade com o modelo constitucional de organização do Sistema Único de Saúde (SUS), a descentralização constitui diretriz estruturante, implicando a existência de comando único nas esferas federal, estadual e municipal, sem prejuízo da cooperação técnica e financeira entre os entes federados.
- 46** Embora submetidos à supervisão finalística do Conselho Federal de Enfermagem, os Conselhos Regionais de Enfermagem exercem autonomia administrativa e financeira, nos estritos limites da Lei, característica essa que é inerente às autarquias corporativas responsáveis pela fiscalização do exercício profissional.
- 47** O Conselho Federal de Enfermagem exerce função meramente consultiva, sem poder normativo.
- 48** Compete aos Conselhos Regionais aplicar as penalidades aos profissionais de enfermagem.
- 49** O planejamento, a organização, a coordenação e a avaliação dos serviços de enfermagem são atribuições do enfermeiro.
- 50** Susponha-se que, durante a rotina de um hospital público, um auxiliar de enfermagem, diante da ausência momentânea do enfermeiro responsável, tenha realizado, por iniciativa própria, procedimentos que demandam maior complexidade técnica, sem supervisão direta, alegando que possuía experiência profissional adquirida ao longo dos anos. Nesse caso, é correto afirmar que o auxiliar de enfermagem tem a permissão para executar cuidados de maior complexidade técnica de forma independente, desde que ele tenha experiência prática comprovada.
- 51** O técnico de enfermagem pode participar da execução da assistência de enfermagem, conforme orientação do enfermeiro.
- 52** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o planejamento constitui uma fase obrigatória do processo de contratação pública, devendo anteceder a seleção do fornecedor e a execução contratual.
- 53** A licitação tem como objetivo selecionar a proposta mais vantajosa e promover o desenvolvimento nacional sustentável.
- 54** Nas licitações, o sigilo é regra, sendo a publicidade exceção legalmente prevista.
- 55** A Lei nº 14.133/2021 afastou a aplicação dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, passando a disciplinar, de forma autônoma, o regime jurídico das licitações e os contratos administrativos.
- 56** O empregado público do Sistema COFEN/COREN deve atuar com lealdade às instituições e ao interesse público.
- 57** Não é direito do profissional de enfermagem recusar-se a executar atividades que contrariem preceitos éticos ou legais.
- 58** O sigilo profissional pode ser quebrado a qualquer tempo, por conveniência pessoal do profissional.
- 59** O registro de títulos acadêmicos tem por finalidade garantir a fidedignidade das informações profissionais.
- 60** Suponha-se que um profissional de enfermagem inscrito no Conselho Regional, possuindo débitos decorrentes de anuidades em atraso, optou por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído no âmbito do Sistema COFEN/Conselhos Regionais. Posteriormente, o profissional sustentou que a adesão ao programa teve caráter meramente administrativo e que não implicaria reconhecimento da dívida, podendo, ainda, discutir a existência do débito em esfera própria. Nesse caso, é correto afirmar que, à luz da Resolução COFEN nº 584/2018, a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal implica reconhecimento do débito pelo interessado.
- 61** Não é necessário o registro da especialização de nível médio para o exercício da respectiva função especializada.
- 62** O processo ético-disciplinar possui natureza administrativa, e não judicial.
- 63** A instauração de processo ético-disciplinar pode ocorrer independentemente da existência de indícios mínimos de infração ética, bastando, para isso, a mera notícia de fato.
- 64** A empresa que explorar serviços de enfermagem deverá manter responsável técnico regularmente registrado.

- 65** O Manual de Procedimentos Administrativos constitui-se como um instrumento normativo destinado a orientar e padronizar a prática dos atos administrativos pelos Conselhos Regionais, com vistas à uniformização de procedimentos e ao fortalecimento da segurança jurídica.
- 66** No âmbito do exercício profissional da enfermagem, a anotação de responsabilidade técnica (ART) é o instrumento legalmente exigido para o registro e a formalização da responsabilidade técnica assumida pelo enfermeiro junto ao respectivo Conselho Regional.
- 67** A ART é facultativa ao enfermeiro, podendo ser substituída por outros instrumentos administrativos que comprovem o vínculo profissional.
- 68** Suponha-se que, durante uma fiscalização realizada pelo Conselho Regional de Enfermagem, um enfermeiro tenha sustentado que a sua atuação profissional deveria ser analisada exclusivamente à luz da legislação federal que regulamenta a profissão, sendo irrelevante o descumprimento de normas éticas ou de orientações administrativas expedidas pelo sistema profissional. Nesse caso, à luz do regime jurídico aplicável ao exercício da enfermagem, é correto afirmar que o exercício profissional da enfermagem deverá observar, simultaneamente, normas éticas, legais e administrativas.
- 69** O poder normativo exercido pelo Conselho Federal de Enfermagem decorre diretamente da Constituição Federal de 1988, que lhe confere competência originária para editar atos normativos.
- 70** Suponha-se que, em um determinado município, a Administração Pública, diante da insuficiência da rede própria para atender à demanda da população, tenha firmado contratos com hospitais e com clínicas privadas para a prestação de serviços de saúde, observando as diretrizes e os princípios do SUS. Em questionamento administrativo, sustentou-se que a Constituição Federal de 1988 não autorizava a participação da iniciativa privada na assistência à saúde pública. Nesse caso, é correto afirmar que, à luz da Constituição Federal de 1988, a participação da iniciativa privada na assistência à saúde é admitida, de forma complementar, ao SUS.



RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação aos fundamentos da comunicação, julgue os itens a seguir.

- 71** A comunicação manifesta-se por meio de diferentes códigos e canais, sendo atravessada por fatores culturais, sociais, políticos e tecnológicos.
- 72** No desenvolvimento dos estudos da área, entender a comunicação como um processo de produção, circulação e interpretação de sentidos, mediado por signos e linguagens, envolvendo sujeitos situados historicamente em contextos sociais específicos, levou a ultrapassar a noção instrumental da comunicação enquanto transmissão de informações.
- 73** Os veículos de comunicação no Brasil exercem papel fundamental na mediação entre os acontecimentos sociais e o público, como a televisão, que se caracteriza historicamente pela oralidade, pelo amplo alcance territorial e pelo forte vínculo comunitário.
- 74** A função principal dos veículos de comunicação no Brasil é assegurar a neutralidade informativa, garantindo o amplo direito à informação, sem interferir na produção de sentidos.
- 75** No contexto das mídias digitais, uma mudança estrutural relevante em relação aos meios tradicionais diz respeito à intensificação da lógica de convergência e à ampliação da participação dos usuários.
- 76** A imprensa escrita, mesmo diante das transformações tecnológicas, mantém relevância no campo comunicacional, o que pode ser explicado pela capacidade de aprofundamento analítico e pela produção de legitimidade simbólica.
- 77** A comunicação digital inaugurou a simultaneidade entre emissão e recepção, caracterizando-se, assim, pela linguagem audiovisual, pelo grande alcance e pelo forte poder de penetração social, o que a faz ser marcada pela centralidade da programação, pela lógica do fluxo contínuo e pela comunicação predominantemente bidirecional.
- 78** A comunicação impressa caracteriza-se pela materialidade do suporte físico e pela predominância da linguagem verbal escrita, podendo articular textos e imagens de forma estática.
- 79** A ética na comunicação restringe-se ao cumprimento das normas legais que regulam a atividade profissional, garantindo a neutralidade do comunicador.

Em relação à comunicação institucional e à atividade de assessoria de imprensa, julgue os itens seguintes.

- 80** Sob abordagens teóricas, a comunicação nas organizações deve ser entendida como um fluxo unidirecional, cuja eficácia depende mais da posição estratégica junto à gestão do que da relação dialógica com os públicos.
- 81** Mais do que um instrumento de divulgação, a comunicação institucional constitui uma dimensão estratégica da gestão organizacional e da relação entre instituições e sociedade.
- 82** Na estrutura da notícia institucional, a linha fina compreende o trecho em que o setor responsável assina o conteúdo e disponibiliza contatos para mais informações.

- 83** A notícia institucional é um gênero informativo produzido no âmbito da comunicação em instituições, com o objetivo de divulgar fatos, ações ou posicionamentos de uma organização, preservando critérios de interesse público, clareza informativa e coerência com a identidade institucional.
- 84** No âmbito da comunicação institucional, o assistente de comunicação participa do planejamento, da execução e do monitoramento das ações comunicacionais, colaborando com a produção de conteúdos informativos, institucionais e promocionais, o que exige o domínio de linguagem adequada aos diferentes públicos e o alinhamento com os valores, com os objetivos e com as políticas da instituição.
- 85** No relacionamento com a imprensa, ao realizar o *follow-up*, o assessor de comunicação monitora como a instituição está sendo citada por jornalistas nas mídias tradicionais, com o objetivo de minimizar impactos negativos à reputação e imagem da organização.
- 86** Do ponto de vista da comunicação institucional, o relacionamento com a imprensa deve priorizar a defesa irrestrita da imagem da organização, mesmo que isso implique restrições ao acesso à informação.
- 87** Um comunicado de imprensa é um instrumento meramente reativo, e será utilizado especialmente em situações de crise em que a imprensa exige um posicionamento da instituição, sendo assim um texto protocolar e que não compromete a imagem da organização.
- 88** Embora tenha objetivo institucional, um *release* deve ser elaborado segundo critérios jornalísticos, como clareza, objetividade, atualidade e interesse público, respeitando a autonomia editorial dos veículos.
- 89** A entrevista coletiva deve ser concedida apenas em situações de crise, evitando exposição pública em outros contextos, e o assessor de comunicação deve substituir o porta-voz institucional durante a entrevista, assegurando uniformidade discursiva.
- 90** A comunicação interna busca fortalecer o alinhamento, o engajamento e o compartilhamento de sentidos entre os públicos internos, enquanto a comunicação externa se orienta para o relacionamento da instituição com a sociedade e com seus públicos estratégicos.
- 91** A comunicação externa é mais relevante do que a comunicação interna, pois é responsável pela construção da imagem pública da instituição.
- 92** Do ponto de vista histórico, as publicações institucionais emergem com o fortalecimento do Estado moderno, das organizações burocráticas e das empresas industriais, incluindo os meios de comunicação de massa, especialmente a partir do século XX.
- 93** A assessoria de imprensa é uma atividade estratégica da comunicação institucional, cujo papel central é organizar, qualificar e tornar acessível a informação de interesse público produzida pela organização, respeitando os princípios éticos da comunicação e a autonomia jornalística.

- 94** O relacionamento com jornalistas constitui um eixo central da assessoria de imprensa e deve ser compreendido como um processo contínuo e relacional, não restrito ao envio pontual de informações.
- 95** As crises comunicacionais são potencializadas no ambiente digital e nas redes sociais, em que a circulação da informação é acelerada, fragmentada e marcada pela participação ativa dos públicos, o que impossibilita quaisquer previsibilidade e prevenção por parte da comunicação institucional.
- 96** O monitoramento de mídia tem como objetivo principal controlar a atuação editorial dos veículos de comunicação, enquanto o *clipping* consiste no arquivamento informatizado de notícias.
- 97** A preparação de porta-vozes envolve: a definição clara de porta-vozes oficiais, de acordo com o tema e com o contexto; o alinhamento de informações e posicionamentos, garantindo consistência discursiva; a orientação sobre a linguagem adequada ao público e ao veículo; e os esclarecimentos sobre a dinâmica das entrevistas.

Diferentes técnicas de redação e linguagem devem ser, cuidadosamente, aplicadas tanto na comunicação institucional, quanto na redação oficial, considerando características do suporte midiático. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir.

- 98** Em jornalismo, a entrevista é um gênero que valoriza a voz, a experiência ou a autoridade do entrevistado e que pode aparecer como texto integral (pingue-pongue) ou incorporada em outros gêneros.
- 99** O *release* enquadra-se no gênero informativo-interpretativo, pois aprofunda um tema ou um acontecimento a partir de múltiplas fontes e pontos de vista, podendo incluir dados, antecedentes históricos, descrições e análises, cuja linguagem é mais elaborada, ainda que, também, seja objetiva.
- 100** Diante do comportamento dos usuários em redes sociais, na contemporaneidade, o uso de adjetivos valorativos é essencial para tornar o texto jornalístico mais atrativo ao público.
- 101** No processo de editoração e de diagramação de publicações jornalísticas e institucionais, o uso de *grids* modulares orienta a organização dos elementos na página, favorecendo coerência visual, legibilidade e consistência editorial, sem impedir soluções criativas.
- 102** A impessoalidade na redação oficial implica o apagamento do emissor institucional, sendo vedada qualquer referência ao órgão ou à autoridade que produz o documento.
- 103** Em correspondências oficiais, o ofício é utilizado exclusivamente para comunicações internas no âmbito de um mesmo órgão público, enquanto o memorando destina-se apenas à comunicação externa.
- 104** A redação digital deve evitar títulos e chamadas, pois esses recursos não produzem, na *web*, o mesmo efeito que no jornalismo impresso.

Para um planejamento e para um desenvolvimento adequados de campanhas de comunicação, o profissional da área precisa desenvolver habilidades e deter conhecimentos específicos. A partir dessa informação, julgue os itens seguintes.

- 105** As características técnicas das plataformas de mídias sociais, como formatos de postagem, regras de interação e sistemas de recomendação, influenciam diretamente as estratégias de comunicação e o modo como os conteúdos são produzidos.
- 106** No ambiente digital, os conteúdos institucionais devem reproduzir os textos oficiais, sem adaptações, para garantir fidelidade à informação, em cumprimento às normas vigentes.
- 107** O monitoramento de redes sociais restringe-se à contagem de curtidas e de seguidores de perfis de instituição em diferentes plataformas, gerando análises de cunho quantitativo.
- 108** Uma campanha de comunicação bem planejada pressupõe a definição de objetivos, públicos, estratégias, mensagens, cronograma e formas de avaliação.
- 109** As ferramentas de *social listening* auxiliam em análises qualitativas para o acompanhamento de resultados, pois permitem identificar tendências, sentimentos e repercussões relacionadas à campanha ou à instituição.
- 110** Na produção de vídeos para as redes sociais, é importante considerar o enquadramento, a duração reduzida, o ritmo dinâmico e o uso de legendas, além de adaptar as imagens e os vídeos às especificidades técnicas e comunicacionais de cada plataforma.



RASCUNHO

Em relação à ética na função pública, aos princípios da Administração Pública, à moralidade administrativa, à improbidade administrativa, aos deveres do administrado, à transparência e ao acesso à informação e proteção de dados pessoais (LGPD), julgue os itens a seguir.

- 111** A ética na função pública limita-se ao cumprimento das normas legais, não se relacionando com os valores morais ou com os padrões de conduta pessoal do agente público.
- 112** O princípio da impessoalidade permite que o agente público atue conforme suas convicções pessoais, desde que não haja prejuízo ao erário.
- 113** Um ato administrativo pode ser considerado inválido se, embora legal, violar o princípio da moralidade administrativa.
- 114** A Lei nº 8.429/1992 pune qualquer ilegalidade praticada por agente público, independentemente da existência de dolo.
- 115** Atualmente, a responsabilização por improbidade administrativa admite a modalidade culposa nos casos de prejuízo ao erário.
- 116** A Lei nº 9.784/1999 assegura aos administrados o direito ao contraditório e à ampla defesa nos processos administrativos.
- 117** O administrado não possui deveres no processo administrativo, sendo estes atribuídos exclusivamente à Administração Pública.
- 118** A Lei de Acesso à Informação estabelece que o sigilo é a regra na Administração Pública; e a publicidade, a exceção.
- 119** As informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas sempre que possível, independentemente de solicitação.
- 120** A LGPD não se aplica à Administração Pública, pois o tratamento de dados pelo Estado decorre do interesse público.



RASCUNHO

**PROVA DISCURSIVA**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

**Como funciona a caneta emagrecedora**

O termo “caneta emagrecedora” refere-se a um dispositivo injetável que contém medicamentos desenvolvidos para o tratamento da obesidade e do sobrepeso e devem ser indicadas sempre sob orientação médica. Ela auxilia na perda significativa de peso. Como funciona a caneta emagrecedora vai depender do organismo de cada indivíduo. Mas de maneira geral ela promove o aumento da saciedade, a redução do apetite, o retardo do esvaziamento do estômago e o controle glicêmico. Os medicamentos pertencem à classe dos agonistas do receptor do peptídeo-1, semelhante ao Glucagon (GLP-1). Fazem parte dessa classe a semaglutida (Ozempic, Wegovy), a liraglutida (Saxenda) e a tizerpatida (Mounjaro).

Internet: <saudeamericas.com.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

## **Saúde pública e o atual cenário social sobre as canetas emagrecedoras**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) panorama social de pouco acesso às canetas emagrecedoras para a maior parte da população brasileira;
- b) possibilidade de as canetas emagrecedoras serem um instrumento de segurança alimentar para seus usuários; e
- c) impacto negativo e preocupante acerca das canetas emagrecedoras em escala internacional.